

Projeto:



Realizado por:



Financiado por:



RELATÓRIO

**Diagnóstico sobre Cadeia Produtiva do Pirarucu Manejado
MUNICÍPIO DE CARAUARI – médio rio Juruá / AM.**

**Felipe Rossoni
(Consultor)**

Manaus, Fevereiro de 2016

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. METODOLOGIA.....	3
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	4
3.1. UM BREVE CONTEXTO LOCAL.....	4
3.2. A CADEIA PRODUTIVA DO PIRARUCU MANEJADO	5
3.3. OS “SUJEITOS” DO MANEJO.....	7
3.4. AS UNIDADES MANEJADAS (OU UNIDADES DE MANEJO)	14
3.5. A PÓS-CAPTURA	21
3.6. A COMERCIALIZAÇÃO	22
3.7. O MONITORAMENTO	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	26
5. ANEXOS.....	29

1. Introdução

Este relatório apresenta os resultados referentes ao objetivo **“Diagnóstico da cadeia produtiva do pirarucu no município de Carauari com objetivo de identificar os potenciais e gargalos existentes na cadeia do pirarucu: captura, pós-captura e comercialização (infraestrutura, logística e conservação”**, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 27/2015 e seu respectivo Termo de Referência, no âmbito do “Projeto Arapaima: Redes Produtivas”, realizado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN). O trabalho foi realizado no município de Carauari, médio rio Juruá, Amazonas.

Nos últimos anos, temos observado um aumento de iniciativas visando o manejo participativo com base comunitária do pirarucu (*Arapaima* spp.), a partir da exitosa experiência realizada na região do médio rio Solimões, mais especificamente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Estas iniciativas tem surtido efeitos extremamente positivos não somente na recuperação de estoques sobreexplotados do pirarucu e na geração de renda para povos tradicionais amazônicos, mas também no contexto de conservação do ecossistema – múltiplas espécies sendo protegidas - e na manutenção de modos de vida tradicionais das comunidades locais.

Do ponto de vista de uma atividade econômica, torna-se fundamental entender os sujeitos envolvidos e a dinâmica destas cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade, a fim de traçarmos estratégias que garantam estabilidade e sustentabilidade nestes processos, incluindo a participação dos produtores de forma justa. A dispersão de iniciativas de manejo do pirarucu para várias regiões tem garantido um aumento significativo de produção de pescado manejado no estado do Amazonas; como consequência, neste momento temos observado sinais de problemas na comercialização da produção por parte das comunidades locais. Por conta disso, atenção especial deve ser dada para o entendimento desta cadeia de valor, em nível local e regional, a fim de fortalecer a solidez nos processos comerciais.

2. Metodologia

A coleta de dados do diagnóstico foi realizada no município de Carauari, em dois momentos: uma visita para conhecer a pesca manejada da comunidade São Raimundo, Reserva Extrativista Médio Juruá, nos dias 04 e 05 de Outubro; e visita a pessoas, instituições e órgãos públicos, na sede do município, no período de 16 a 27 de Outubro de 2015. A principal ferramenta utilizada para coleta de informações foi a entrevista semiestruturada, na qual todos os entrevistados são submetidos a um mesmo roteiro de perguntas, porém de forma flexível, num contexto de conversa; além desta, observações em campo (para a visita no manejo) e leitura de documentos técnicos foram também utilizados.

A partir da coleta de dados, foram realizadas a sistematização e análise das informações, para posterior relatoria. Além do importante caráter descritivo deste tipo de diagnóstico, sempre que viável são apresentadas informações quantitativas, pormenorizadas da melhor forma possível. Para o conjunto de informações qualitativas, se deu atenção para o entendimento dos papéis/funções de cada sujeito (ou grupo social) envolvido na cadeia de produção, observando suas percepções acerca dos gargalos e potencialidades da atividade. Quando necessário, cruzamento de informações (geradas por diferentes fontes) foram realizados, a fim de detectar incoerências nas declarações.

3. Resultados e Discussão

3.1. Um breve contexto local

Localizado a sudoeste do Estado do Amazonas e banhado pelo rio Juruá, o Município de Carauari faz fronteira com os municípios de Juruá, Jutaí, Itamarati, Tefé e Tapauá. Sua história de criação remonta ao ano de 1758, durante o governo de Francisco de Melo Povoas, quando foi criada a originária Aldeia de Carauari, um seringal, como parte integrante das 45 aldeias da Capitania de São José do Rio Negro. Após vários acontecimentos e situações jurídicas, constituiu-se sob a forma de comarca de Carauari em 1953.

Atualmente, nesta região, está localizado um complexo de Áreas Protegidas, com Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC) Federais e Estaduais, conforme pode ser observado no mapa, abaixo (Fig 1.).

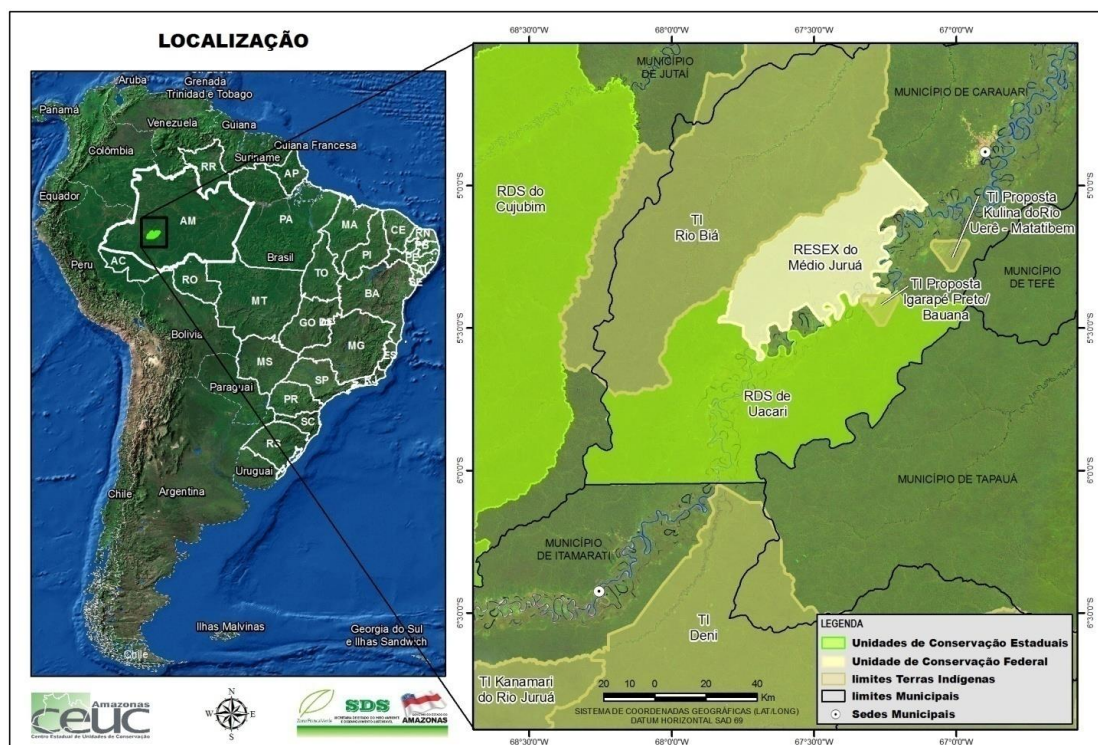


Figura 1. Mapa de localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari na América do Sul e seu contexto regional, médio Juruá. Fonte: Plano de Gestão da RDS Uacari.

3.2. A Cadeia Produtiva do Pirarucu Manejado

A região do Médio Juruá é reconhecida pelo grande histórico de luta de seu povo, através da mobilização social das comunidades com apoio da Igreja Católica, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB). Este sistema de manejo atual está embasado num esforço coletivo popular histórico, realizado desde a década de 80 e conhecido como “proteção de lagos”, em resposta ao grande número de invasões por agentes externos, sobretudo em perseguição aos estoques de peixes com altos valores comerciais (pirarucu, tambaqui e matrinxã, por exemplo) e quelônios, que já apresentavam sinais de sobreexploração nos arredores e em pesqueiros mais próximos da capital, Manaus.

Na região do médio Juruá, as iniciativas de manejo participativo de pirarucu estão localizadas na Reserva Extrativista do Médio Juruá (RESEX), uma UC Federal criada em 1997, e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari (RDS), UC Estadual criada em 2005. Além destas, há trabalhos em andamento sendo executados pelo povo Deni, na TI Deni do Rio

Xeruã, e mobilizações por parte de comunidades ribeirinhas adjacentes a estas Áreas Protegidas, também no contexto de implementação de um sistema de manejo participativo. O esforço de implementação destes sistemas de manejo se dá de forma majoritária por parte das comunidades locais, com apoio de instituições da sociedade civil e órgãos oficiais.

As primeiras contagens de estoques de pirarucu, já visando o manejo, foram iniciadas na RESEX do Médio Juruá em 2005; em seguida, mobilizações foram se estruturando também em comunidades da RDS Uacari. A partir de 2011 a atividade vem ganhando expressividade, com aumento tanto em escala espacial quanto em produção de pescado manejado.

Segundo Relatório Técnico (ASPROC/AMARU, 2014), em 2014 foram capturados 513 pirarucus para comercialização, com peso bruto de 32.932 Kg, gerando um montante de R\$ 186.618,50. Do total, 346 peixes (21.682 Kg) foram abatidos na RDS e 167 pirarucus pescados na RESEX (11.250 Kg). Estiveram envolvidas neste processo cerca de 76 famílias. Uma questão bastante importante é o fato do total capturado ser abaixo da cota autorizada pelo IBAMA; a decisão das comunidades em realizarem a pesca passa por uma análise que considera a quantidade de pirarucu autorizada para abate, as dificuldades logísticas e a capacidade de pesca dos grupos de manejadores. Por conta disso, somente três comunidades da RDS e duas comunidades da RESEX executaram a pesca em 2014. Apesar de optarem por não realizar a pesca, as demais comunidades seguiram seus esforços de proteção e monitoramento, enquanto fortalecimento do sistema de manejo.

De forma geral, similar ao que encontramos em outros locais, podemos dividir a cadeia do Pirarucu manejado no município de Carauari em duas principais etapas, com um terceiro componente transversal:

(1) Unidades Manejadas (ou Unidades de Manejo): nesta etapa, são realizadas ações/atividades de forma interna (e sob seu controle) pelos grupos de manejadores (comunidades ribeirinhas, grupos indígenas, associações, pescadores cidadãos, etc.), como organização social para o manejo, planejamentos, tomadas de decisões operacionais da pesca (divisão de tarefas, contagens anuais, vigilância, escolha de lagos, apetrechos para captura, formas de divisão de benefícios, etc.);

(2) Pós-Captura e Comercialização: podemos considerar aqui os processos nos quais as atividades estão mais sujeitas a interferências e relações dos grupos de manejadores com grupos externos (também envolvidos na cadeia), como são os casos do transporte do pescado, negociação da comercialização, acordos para entrega do peixe e prazos para recebimento de pagamentos, por exemplo.

(3) Monitoramento: são registradas as informações das contagens (que subsidiarão a definição das cotas) da pesca (incluindo a solicitação de guias de transporte do pescado) e da comercialização; a sistematização destas informações deve gerar um relatório técnico, exigido pelo IBAMA para acompanhamento, como uma das condicionantes à liberação de novas cotas de abate. Classificamos aqui o monitoramento como uma etapa transversal as outras duas principais; esta sistematização das informações acontece constantemente, com envolvimento de diferentes agentes, tanto internos (pescadores manejadores), quanto externos, como são os casos de agentes técnicos filiados a órgãos públicos e instituições da sociedade civil.

3.3. Os “sujeitos” do Manejo

Nomeamos aqui como “sujeitos”, pessoas, grupos, representações de classe e outras instituições (públicas ou privadas) que se envolvam, de alguma forma, na cadeia produtiva do pirarucu manejado. Para a região do médio rio Juruá, destacamos os seguintes:

Manejadores – são as pessoas diretamente envolvidas nos processos da Unidade Manejada; no geral são pescadores (experientes ou não) que se mobilizaram e investem esforços para implementação da pesca manejada nas áreas das suas comunidades. Neste grupo podemos considerar também outras pessoas que não necessariamente são pescadores de profissão, como são os casos de mulheres e jovens, familiares destes pescadores, que acabam ocupando funções também importantes para o sistema de manejo. Considerando a forte caracterização do “uso múltiplo de recursos” e a sazonalidade de exploração dos recursos naturais que podemos observar na Amazônia, é recorrente observarmos toda uma comunidade se envolvendo no manejo do pirarucu, mesmo que em outras épocas pessoas/famílias

desenvolvam também outras atividades, como a agricultura e o extrativismo de produtos florestais.

Empresários locais – para a região do médio Juruá, podemos caracterizar este grupo basicamente por compradores atravessadores do pescado manejado. A maior parte (mais de 90%) do pirarucu manejado da região é comercializado pelos grupos de manejadores com um comprador local e este revende o pescado para Manaus; além deste arranjo, tem-se também registro de venda realizada diretamente de um grupo de manejadores para um comprador em Manaus. Uma menor quantidade de pescado (algo entorno de 5%) é comercializado pelos próprios manejadores no formato de feira livre, na sede municipal.

Sociedade Civil / Organizações Não Governamentais – existem organizações da sociedade civil, locais e externas atuantes na região, que apoiam e/ou assessoram de alguma forma as comunidades locais nos seus sistemas de manejo. Geralmente estas organizações possuem projetos com recursos a fundo perdido para investir em atividades de geração, incluindo o manejo do pirarucu. No contexto do médio Juruá, como resultado da forte mobilização social, temos instituições da sociedade civil representativas das comunidades locais, formalmente criadas, administrativamente ativas e extremamente atuantes nos cenários sociopolíticos locais e regionais. Dentre as organizações atuantes diretamente no manejo do pirarucu na região, destacamos:

- Associação dos Produtores Rurais de Carauari – ASPROC. Fundada em 1994, foi criada pelos trabalhadores ribeirinhos da região, após resistirem a um longo período de exploração. Tem como missão “*organizar e representar os trabalhadores rurais na luta pela garantia dos direitos, viabilizando processos de organização e comercialização da produção solidária e sustentável, para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida com a conservação dos recursos naturais.*” (Retirado de www.asproc.org.br).

No contexto do manejo do pirarucu, a ASPROC desempenha papel absolutamente fundamental, junto com os parceiros, coordenando os processos burocráticos de solicitações de cotas e guias de transporte, monitoramento e relatórios técnicos do manejo, bem como apoiando nas fases

de planejamento, execução e avaliação dos ciclos anuais da pesca nas comunidades.

A ASPROC vem apoiando e organizando várias cadeias produtivas na região, através de seu *planejamento da produção*, que compõe seu planejamento estratégico, elaborado e revisado coletivamente desde 2010. Este contexto do manejo está inserido no objetivo de “*fomentar atividades produtivas de forma organizada com base no uso sustentável dos recursos naturais, valorizando a sabedoria da população local, de modo a contribuir com a geração de renda, com o fortalecimento da segurança alimentar e para a elevação da qualidade de vida das famílias que vivem em comunidades*”.

A organização possui uma significativa rede de interações institucionais, o que lhe propicia um papel de aglutinador de parcerias, locais, regionais, nacionais e internacionais. A organização viabiliza suas atividades através de recursos acessados por meio de projetos submetidos a diferentes fontes de financiamentos e/ou patrocínios, de cunho público e privado.

- **Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari - AMARU.** Criada em 2005, igualmente por ribeirinhos da região, a AMARU atua em colaboração com parceiros locais. Como representante dos moradores da RDS Uacari, a AMARU tem trabalhado através de recursos advindos do Programa Bolsa Floresta, além de outras fontes de financiamento/patrocínio que são buscadas continuamente. Neste cenário do manejo do pirarucu, as ações da AMARU estão em sinergia com a ASPROC e a AMECSARA, no sentido de fortalecimento do sistema de manejo como um todo.

- **Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo – AMECSARA.** Criada em 2006, esta organização atua, igualmente às duas anteriores, na representação coletiva de moradores locais, neste caso da comunidade São Raimundo, RESEX do Médio Juruá. A primeira proposta de pesca manejada de pirarucu no médio Juruá apresentada para o IBAMA se deu através da AMECSARA, inclusive com a cota sendo autorizada em nome da organização.

- **Um caso de sinergia: ASPROC + AMARU + AMECSARA = implementação de manejo integrado.** Não se pode deixar passar despercebida a sinergia que pode ser observada entre estas instituições, e

destas com os órgãos públicos relacionados. A partir de 2011, o manejo participativo de pirarucu começou a ser trabalhado num formato mais integrado, entre as comunidades da RDS e RESEX, com apoio de gestores públicos e demais parceiros. Hoje, o sistema de manejo na região é organizado anualmente pela ASPROC em parceria com a AMARU e AMECSARA, instituições estas que são reconhecidas pelo IBAMA como representativas na coordenação desta atividade. Este atual formato organizacional é composto por discussões e encaminhamentos em assembleias gerais destas instituições e posterior compartilhamento, discussão e elaboração de um planejamento conjunto, que inclui uma avaliação da situação da atividade, identificando as etapas e os pontos a serem aperfeiçoados, elaboração de estratégias de ação e cronograma de atividades considerando a sazonalidade do ciclo hidrológico, juntamente com prazos necessários e respectivos responsáveis pela execução dos encaminhamentos. Esta construção é realizada em evento anual organizado por estas próprias instituições, intitulado “*Seminário de Manejo e Proteção de Lagos do Médio Juruá*”; neste evento, participam as associações, os grupos de manejadores e instituições governamentais e não-governamentais que apoiam a atividade.

- **Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS.** Nasceu em 1985, durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília. Resultou do incansável trabalho de Chico Mendes e da soma de iniciativas e esforços em defesa da floresta e da reforma agrária. Tem como missão a luta pela melhoria da qualidade de vida, uso sustentável dos recursos naturais e direito à terra. Como representação de classe, o CNS desempenha um brilhante papel na mobilização popular, participando ativamente das discussões que envolvem políticas públicas, em âmbito local, regional e nacional.

- **Colônia de Pescadores de Carauari – Z-25.** Segundo o histórico de criação da RDS de Uacari, em 2003, época que as comunidades locais apresentaram oficialmente a demanda pela criação da UC, através do CNS – Coordenação Regional de Carauari – a Colônia de Pescadores Z-25 de pronto se manifestou oficialmente contrária à criação da RDS, justificando que muitos de seus associados dependiam das áreas que seriam “fechadas” para o acesso livre. A partir daí, um trabalho de articulação promovido pelo CNS, ASPROC e

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, teve início junto à Z-25 no intuito de estabelecer um Acordo de Pesca. Este instrumento viabiliza o diálogo e a negociação entre diferentes grupos sociais, oportunizando estratégias de uso de áreas conflitantes a partir de acordos de convivência e regras de uso entre as partes interessadas; o referido Acordo de Pesca foi assinado em Dezembro de 2004, garantindo um zoneamento com áreas de uso aos pescadores da Z-25, para manutenção das comunidades locais e áreas de preservação. No contexto do manejo de pirarucu na RDS e RESEX, a Z-25 não tem se envolvido ativamente, apesar de haver um considerável número de pescadores destas UCs associados na Colônia; por outro lado, tem envidado esforços na sensibilização e mobilização das comunidades adjacentes às UCs, no intuito de promover também a implementação de sistemas de manejo nestas “áreas abertas”. Para isso, tem contado com apoio da Prefeitura Municipal de Carauari, através da Secretaria de Meio Ambiente e do Projeto Médio Juruá.

- **Projeto Médio Juruá.** Baseado em atividades de pesquisa científica acadêmica, conservação com base comunitária e gestão sustentável dos recursos naturais, o Projeto Médio Juruá é uma iniciativa de um grupo de pesquisadores de diferentes instituições, coordenado pela Universidade *East Anglia* (Inglaterra), que busca somar às sinergias já existentes no médio Juruá. A atuação se dá em parceria com as comunidades da RDS e RESEX, mas também tem se envidado esforços no apoio às comunidades rurais que não encontram-se nestas Áreas Protegidas, bem como nos centros urbanos próximos a estas UCs, como a Z-25, por exemplo. O objetivo maior é, portanto, desenvolver em parceria com as instituições locais estratégias de co-gestão sustentável para o acesso aos recursos naturais, garantindo os modos tradicionais de vida das populações locais.

- **Fundação Amazonas Sustentável – FAS.** É uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal (Portaria MJ nº 3.098 de 26/09/2013). Foi criada em 20 de Dezembro de 2007, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco. Posteriormente, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil (2009), do Fundo Amazônia/BNDES (2010) e da Samsung (2010), além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos. A missão da

FAS é promover o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas. As principais iniciativas são implementadas por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF), Programa de Educação e Saúde (PES), e Programa de Soluções Inovadoras (PSI). Na região, a organização apoia as comunidades locais diretamente através da AMARU.

- **Associação do Povo Deni do Rio Xeruã – ASPODEX.** O povo Deni habitante do rio Xeruã vem trabalhando ações estratégicas no contexto de implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de sua terra. Entre estas ações, estão a proteção territorial e o manejo de pirarucu. Contagens de pirarucu vem sendo realizadas em seu território desde 2009, executadas por indígenas capacitados. Independente de uma decisão do povo Deni em realizar o manejo também para fins comerciais, é bastante saudável que haja uma interação dos Deni com as demais iniciativas do médio Juruá, no sentido de somar esforços, fortalecendo a conservação e a cadeia produtiva do manejo do pirarucu no Juruá.

Instituições Públicas – para a região do médio Juruá, neste contexto, citamos o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) e a Prefeitura Municipal de Carauari. Não há escritório local do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Carauari.

- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.** Responsável pela gestão das UCs Federais, o ICMBio coordenou a força tarefa de elaboração do Plano de Manejo da RESEX do Médio Juruá; conforme consta no próprio documento, a equipe de gestão da RESEX envidou esforços na condução de um processo de planejamento participativo, envolvendo comunidades locais, membros do Conselho Deliberativo, lideranças locais e representantes de instituições parceiras, no intuito de garantir a participação dos atores locais, especialmente as comunidades da UC, suas organizações e outras instituições públicas. No contexto do manejo participativo do pirarucu, o ICMBio acompanha a promoção e fortalecimento da iniciativa, conjuntamente com as parcerias locais. Atualmente, segundo relato de funcionário local, o escritório de Carauari tem investido esforços no sentido de fortalecer o sistema

de proteção da UC, considerando que há instituições parceiras acessando oportunidades para investimentos em outras frentes, como infraestrutura e capacitações.

- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/DEMUC.** Responsável pela gestão das UCs Estaduais, a SEMA prevê, por meio de políticas públicas, a manutenção da floresta e de todos os recursos que ela oferece, e também direciona suas políticas para a qualidade de vida humana, atuando em articulação com as autarquias vinculadas: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Secretaria de Estado da Produção Rural e do Desenvolvimento Sustentável (Sepror) e Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM). Em Carauari, a SEMA conta com um escritório através do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), com um funcionário alocado para a RDS de Uacari. O DEMUC atua no fortalecimento do manejo do pirarucu através do apoio às iniciativas da AMARU e seus parceiros locais.

- **Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM.** Criado em 18 de março de 1996, atualmente é uma autarquia, vinculada ao Sistema SEPROR e se faz presente em todo o Estado, tendo como finalidade a supervisão, coordenação e execução de atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias dos governos Federal e Estadual para os setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial. Segundo relatos, a participação do IDAM no sistema de manejo do pirarucu se dá de forma absolutamente pontual e discreta, com eventuais contribuições de material de consumo (como combustível, por exemplo) para as atividades a serem desenvolvidas.

- **Prefeitura Municipal de Carauari - PMC.** Através da Secretaria de Meio Ambiente, a participação no arranjo de manejo se dá na forma de apoios pontuais, contribuindo com combustível e gelo, por exemplo, e incentivos para a realização das feiras livres de pescado manejado; segundo declaração, apoia também as iniciativas locais de proteção de tabuleiros de quelônios, com fornecimento de cestas básicas. Além disso, tem investido esforços na sensibilização e mobilização de comunidades do entorno das UCs, incentivando-as na implementação de sistemas de manejo participativo da pesca. Estes esforços tem sido investidos, junto com parcerias locais, no

formato de reuniões para apresentação de resultados do manejo nas áreas das UCs (“áreas de cima”), auxiliando nas discussões para elaboração de potenciais Acordos de Pesca entre comunidades. Neste sentido, colabora na elaboração de estratégias de proteção (“vigilância”) das áreas destas comunidades, incluindo a instalação de placas nos lagos de preservação e notificações a infratores que invadem áreas já zoneadas, em parceria com a Z-25. Segundo as informações prestadas, as comunidades do entorno das UCs carecem muito de apoio para capacitações em assuntos relacionados ao manejo, como formação de contadores, monitores e agentes ambientais voluntários.

3.4. As Unidades Manejadas (ou Unidades de Manejo)

Conforme já apresentado, o manejo do pirarucu ocorre em comunidades da RESEX do Médio Juruá e da RDS de Uacari. As tabelas a seguir (Tab. 1; Tab 2.) apresentam informações sobre as comunidades envolvidas, as contagens realizadas e as cotas autorizadas para o ano de 2014.

Na ocasião da coleta de informações para este diagnóstico, a pesca de 2015 ainda estava sendo finalizada em algumas áreas de manejo. Por conta disso, não temos aqui disponível as informações sistematizadas e analisadas pela ASPROC. Apesar disso, apresentamos um conjunto de informações declaradas pelo comerciante de Carauari que adquiriu o pescado manejado das comunidades em 2015, Sr. Nonato.

Tabela 1. Setores, comunidades envolvidas, contagens e cotas de pirarucu autorizadas para a RDS Uacari, em 2014; destaque para as comunidades que realizaram a pesca.*

Setor	Comunidades envolvidas	Nº de Ambientes	BODECOS	PIRARUCUS ADULTOS	%	COTA AUTORIZADA
1	Boca do Xeruã	04	121	89	23,60	21
	Bom Fim	01	134	211	16,11	34
	Xibauzinho	08	1294	1026	22,42	230
	Mandioca	03	257	322	17,70	60
	Xibauá	03	162	70	28,57	20
SUB-TOTAL		19	1968	1718	21,01	365
2	Toari	04	291	188	25,00	47
SUB-TOTAL		04	291	188	25,00	47
3	Monte Carmelo	04	56	108	14,81	16
	São José do Anaxiqui	01	202	390	15,13	59
	Boa Vista	01	04	03	30,00	01
	São Francisco	01	24	14	28,57	04
	Caroçal	03	272	430	16,05	69
SUB-TOTAL		10	558	945	15,77	149
4	Morro Alto	01	29	08	30,00	02
SUB-TOTAL		01	29	08	30,00	02
5	Santo Antonio do Brito	01	03	02	30,00	01
SUB-TOTAL		01	03	02	30,00	01
6	Bom Jesus	02	133	210	16,19	34
SUB-TOTAL		02	133	210	16,19	34
TOTAL GERAL		37	2982	3071		598

* Fonte: Relatório Técnico, ASPROC/AMARU, 2014.

Tabela 2. Setores, comunidades envolvidas, contagens e cotas de pirarucu autorizadas para a RESEX Médio Juruá, em 2014; destaque para as comunidades que realizaram a pesca.*

Setor	Comunidades envolvidas	Nº de Ambientes	BODECOS	PIRARUCUS ADULTOS	%	COTA AUTORIZADA
1	Morada Nova	08	501	327	25,08	82
	São Raimundo	14	958	907	20,40	185
SUB-TOTAL		22	1459	1234	21,64	267
2	Nova União	06	120	18	30,00	05
SUB-TOTAL		06	120	18	30,00	05
3	Fortuna	07	588	489	21,88	107
	Roque	01	95	42	30,00	13
	Nova Esperança	01	116	66	27,27	18
SUB-TOTAL		09	799	597	24,15	138
TOTAL GERAL		37	2378	1849		410

* Fonte: Relatório Técnico, ASPROC/AMARU, 2014.

Provavelmente estes números ainda não são os definitivos para a temporada 2015, considerando que algumas pequenas quantidades de

pirarucu podem ter sido comercializadas em outros arranjos que não unicamente com este comprador. Salientamos, portanto, que as informações a seguir (Tab. 3) devem ser consideradas preliminares, até a conclusão e disponibilização do Relatório Técnico do Manejo, por parte da ASPROC/AMARU.

Tabela 3. Informações preliminares sobre comercialização de pirarucu manejado no município de Carauari, em 2015.

UC	Comunidade	N peixes	Peso total (Kg) ("charuto")
RESEX Médio Juruá	São Raimundo	163	20.703
	Fortuna	98	5.579
RDS Uacari	Xibauzinho	114	14.015
	Santo Antonio do Brito	80	4.660
	Caroçal	46	3.368
	Volta do Toari	37	2.607
TOTAL*	6	538	50.932

* Total de pirarucu comercializado entre as comunidades e o comprador de Carauari, intermediado pela ASPROC, no ano de 2015; informações declaradas pelo comprador.

Os resultados das contagens de pirarucu realizadas em 2014, e que subsidiam a análise e liberação das cotas pelo IBAMA para o ano seguinte, são apresentados a seguir; informações pormenorizada são encontradas no Relatório Técnico (ASPROC/AMARU, 2014).

- **RDS de Uacari:** foram amostrados 33 ambientes, envolvendo 12 comunidades, sendo contados 3.280 bodecos (peixes jovens) e 2.735 pirarucus adultos, totalizando 6.015 peixes;
- **RESEX do Médio Juruá:** foram amostrados 31 ambientes, envolvendo 06 comunidades, sendo contados 3.203 bodecos e 2.024 pirarucus adultos, totalizando 5.227 peixes.

A seguir, são apresentadas características e situação de pontos importantes na contagem, vigilância e pesca.

- **Contagem de pirarucu:** as estimativas da abundância de pirarucu são obtidas de forma direta pelos próprios pescadores envolvidos no processo de

manejo. Estes contam, durante a seca do ciclo hidrológico, a quantidade de pirarucus em determinada área, através da detecção dos indivíduos no momento da respiração aérea do peixe (“boiada”), diferenciando peixes jovens (entre 1 e 1,49m) de adultos (acima de 1,5m) (descrição minuciosa no estudo original de Leandro Castello, 2004). Esta metodologia é de fundamental importância e tem sido a base para o monitoramento das abundâncias de pirarucu nas áreas de manejo do Amazonas, reconhecida oficialmente pelo IBAMA.

As contagens realizadas em Carauari vem sendo executadas pelos grupos de manejadores locais, com apoio das instituições atuantes na temática. Há um esforço significativo, por parte da ASPROC e AMARU, no sentido de capacitar um bom número de pescadores aptos a realizarem contagens de forma autônoma e responsável.

Em 2014 houve formação/capacitação para contadores de pirarucu, conforme definido em planejamento coletivo; foram realizadas 06 capacitações em monitoramento, contagem e manejo do pirarucu, com a participação de comunitários da RDS Uacari, RESEX Médio Juruá, técnicos da ASPROC, IDAM e FAS, sob acompanhamento técnico de dois contadores certificados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). Participaram deste treinamento 139 comunitários, pertencentes a 18 comunidades locais. Somado a isso, em 2015 ocorreu uma nova capacitação, com participação de 21 ribeirinhos, pertencentes a 10 comunidades da RDS de Uacari; este curso faz parte da estratégia de ações do projeto Arapaima: Redes Produtivas, em parceria com a AMARU.

É notório o esforço dos envolvidos no sentido de tornar os grupos de manejo autônomos para esta atividade. Para que um sistema de monitoramento de estoque através de contagens, seja seguro e confiável, é importante que haja, além de capacitações para formação de contadores, manejadores contadores experientes e certificados por um corpo técnico. Em realidade, temos dois cenários para este contexto:

1 – **Formação de Contadores.** Oportunizar capacitações para formação de contadores de pirarucu, conforme vem ocorrendo no médio Juruá. Torna-se importante salientar que este treinamento nada mais é do que uma adequação dos conhecimentos do pescador para um formato padronizado da

técnica; de toda forma, a capacitação não garante que o pescador tenha, naturalmente, habilidades para executar esta tarefa de forma satisfatória. Temos observado que há pescadores conhecedores de pirarucu e que não se adaptam ao protocolo, apresentando margens de erro superiores ao considerado seguro tecnicamente (de até 30% de erro, para mais ou para menos). Portanto, mesmo passando por treinamentos, só deverão ser considerados aptos a realizar contagens os pescadores que obtiverem bons resultados na capacitação. A avaliação do desempenho do “aluno” neste caso é dada através de uma comparação entre as estimativas apresentadas pelo “aluno” e as estimativas realizadas por um contador experiente, capacitado e certificado.

2 - Certificação de Contadores: neste processo, contadores que já passaram por formação e alcançaram bons resultados são submetidos a uma prova prática, na qual ambientes são previamente escolhidos por uma equipe técnica para realização de uma prova. Os contadores realizam as estimativas nestes lagos específicos e uma captura de todos os pirarucus do ambiente é realizada; com isso, temos uma comparação entre as estimativas do contador candidato à certificação e o número real de pirarucus neste lago amostrado. Os contadores que obtém bons resultados são, então, considerados **Contadores Certificados**. Estes estão aptos a realizarem contagens e auxiliarem no processo de formação de novos contadores, como multiplicadores seguros da técnica.

Para o médio Juruá, já se tem um significativo número de manejadores capacitados em contagem. Porém, ainda não há contadores certificados; conforme relatado pela ASPROC e AMARU, todos os anos é feito um grande esforço para se levar até Carauari contadores certificados. Normalmente estas pessoas são deslocadas da região do médio Solimões (região da RDS Mamirauá e adjacências) com altos custos para o sistema de manejo, por conta de passagens aéreas, acomodação e diárias destes profissionais. Além disso, todo o sistema de manejo de Carauari fica dependente da disponibilidade de agendas destes profissionais, que também atuam nas áreas de suas comunidades; isso acarreta em riscos da pesca ser realizada mais tarde, geralmente em Outubro (como ocorreu em 2015), pelo fato de ser necessário finalizar as contagens antes de se iniciar a pesca.

Com a pesca sendo realizada tarde, toda a produção do médio Juruá acaba competindo no mercado com a alta produção das áreas de manejo do médio Solimões; como consequência temos, inevitavelmente, uma baixa de preço do pescado manejado pago aos grupos de manejo – um balanço de procura e oferta.

Neste sentido, indica-se fortemente que um esforço seja feito para a certificação de um grupo de contadores locais; certamente este investimento irá trazer autonomia e segurança ao processo local, além da otimização de recursos para este fim. Somado a isso, as áreas de manejo poderão concluir suas contagens tão logo o nível da água permitir, havendo reais possibilidades de se conseguir adiantar a pesca para final de Agosto/Setembro (por exemplo) e o peixe manejado do médio Juruá ser o primeiro a ser pescado no Estado do Amazonas; com isso, provavelmente um cenário positivo em relação ao preço de mercado se abriria como oportunidade.

- **Sistema de Proteção (Fiscalização e Vigilância):** um fator que pode influenciar negativamente nas abundâncias de pirarucu das áreas de manejo é a pesca ilegal. Apesar do esforço local por parte dos grupos de manejadores na vigilância dos lagos, a pesca ilegal atua ininterruptamente em todo o território amazônico; ações oficiais de fiscalização por órgãos competentes (federal, estadual e municipal) são absolutamente insuficientes, considerando o grau de perseguição por grupos externos que as áreas de manejo estão sujeitas.

Temos observado que tanto a ineficiência de fiscalização, quanto a falta de apoio aos sistemas de vigilância comunitária tem gerado um desgaste marcante em comunidades manejadoras no Amazonas. Invasões por grupos externos são constantes, tendo como consequências desmobilizações sociais internas das comunidades, geração de conflitos, dentro e entre comunidades, além da oferta constante de pirarucu ilegal nas feiras das cidades, o que, na visão dos manejadores, denigre a imagem das iniciativas e desvaloriza o pescado manejado.

Este cenário não é diferente no médio Juruá. Comunidades locais se mobilizam para a implementação (ou fortalecimento) de seus sistemas de vigilância, recebendo apoio de órgãos competentes, ainda pontuais e insuficientes, quando comparada à importância da causa. Na tentativa de

viabilizar o trabalho, faz-se o esforço de angariar recursos (como contribuições de combustível e infraestrutura básica, por exemplo), quer seja através de uma cota de contribuição monetária (“vaquinha”) dos próprios manejadores ou junto às instituições parceiras.

- **A pesca:** como em todos os locais de manejo, acontece na época seca, o que, no médio Juruá, geralmente ocorre no mês de Outubro; este processo de captura e abate é de inteira responsabilidade dos grupos de manejo. No médio Juruá, é comum que aconteçam parcerias entre as áreas de manejo para a realização da pesca, havendo empréstimos de apetrechos de pesca e força de trabalho quando necessário. As comunidades ainda não possuem um sistema de reinvestimento de recursos (“caixinha”) que assegure a execução da pesca para o ano seguinte, independente de apoios externos. Por conta disso, as áreas de manejo contam, incondicionalmente, com as parcerias para conseguirem ao menos uma parte dos insumos para a pesca, como a aquisição de rancho, combustível e apetrechos de pesca para viabilizar a atividade. Neste contexto, a ASPROC tem trabalhado como uma forte “aglutinadora” de parcerias, conseguindo acessar apoios/contribuições das diferentes instituições atuantes na região e repassar para as comunidades de forma ordenada. Torna-se importante que capacitações no sentido de fortalecimento dos sistemas gerenciais internos (em nível de cada comunidade) sejam realizadas, subsidiando as comunidades de ferramentas para gestão financeira/administrativa de suas áreas de manejo.

Há carências em relação a infraestrutura e equipamentos adequados para o manejo, como apetrechos de pesca apropriados, bases flutuantes para recepção, monitoramento e evisceração do pescado, e embarcações para o transporte do peixe das áreas de manejo para a sede municipal. Este contexto faz com que a atividade seja realizada constantemente sob uma situação de risco eminente, considerando que estas deficiências acabam refletindo na eficiência de trabalho dos grupos, na qualidade do pescado, no aumento do custo do manejo e, conseqüentemente, na baixa lucratividade da atividade. Neste tópico, esta situação é apontada como um dos maiores gargalos da atividade na região. Apesar disso, é notório o esforço dos grupos de manejadores locais para o desenvolvimento de um bom trabalho nas suas áreas de manejo.

3.5. A Pós-captura

De forma geral, podemos caracterizar a pós-captura, para as áreas de manejo, como o caminho que o pescado percorre a partir do abate do peixe pelos manejadores até a entrega deste pescado ao comprador imediato. Em Carauari, o pirarucu abatido é transportado dos lagos manualmente pelos manejadores, em pequenas embarcações (canoas) ou em caminhos por terra (“varadouros”) criados para conectar os lagos e paranãs ao melhor acesso de escoamento. O pescado é então levado para o local de “pré-beneficiamento”, onde é realizado o registro biométrico (medição de tamanho, peso, sexo e estágio de maturação gonadal), a evisceração, implementação de lacre, lavagem e, então, acondicionamento no gelo.

Uma ponto bastante importante na pós-captura é com relação às exigências da legislação sanitária. Ainda não há estruturas flutuantes comunitárias minimamente preparadas para a recepção e beneficiamento (evisceração e lavagem) do pescado, considerando as exigências apontadas pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF - principalmente quando relacionada com a política de Padronização de Procedimentos para o Transporte e Comercialização de Pirarucu. Porém, nestes sentido, temos a comunidade São Raimundo como a primeira a se mobilizar para estas adequações. Para a pesca de 2015, a comunidade realizou uma grande reforma em seu flutuante, obedecendo a instruções dos órgãos competentes para uma base de recepção e pré-beneficiamento do pescado. O trabalho foi realizado totalmente por comunitários; há a necessidade de ajustes antes de ser submetido a um inspeção. Imagens do flutuante são apresentadas em Anexos.

O transporte do peixe é realizado com a utilização de duas embarcações (“bajagas”) de pequeno que possuem “geleira” (caixas para armazenagem de pescado acondicionado no gelo); a bajaga de maior capacidade comporta 10 toneladas de carga e a menor comporta 3 toneladas, o que é absolutamente insuficiente para a realização desta etapa de forma satisfatória, considerando os volumes de pescado que já estão sendo trabalhados e o potencial incremento de produção a cada ano (quer seja pela recuperação dos estoques, quer seja pelo aumento do número de áreas de manejo). Por conta disso,

muitas viagens são feitas entre as áreas e manejo e a sede do município, levando a produção em lotes e retornando com as embarcações abastecidas de gelo; é comum e frequente acontecer do grupo de manejadores abater um lote de peixes e, no momento deste peixe ser acondicionado na bajaga, a capacidade de estocagem do barco é extrapolada. Nestes casos, faz-se uma grande embalagem utilizando uma lona e o peixe que não pôde ser armazenado na geleira é acondicionado no convés da embarcação, de forma inapropriada.

A aquisição de uma embarcação apropriada para o transporte da produção é fundamental para minimizar os problemas em relação ao escoamento para a sede do município. De extrema relevância seria a aquisição de uma embarcação adequada não só ao transporte do peixe, mas também à etapa do “pré processamento” (evisceração, biometria, lavagem e inserção de lacre); com isso, se oportunizaria a viabilidade (operacional, pelo menos) de pesca manejada também nas áreas das comunidades que recebem pequenas cotas autorizadas para abate e que, no atual formato, não conseguem viabilizar a atividade por conta da baixa produção.

3.6. A Comercialização

Em 2015, mais de 90% do pirarucu manejado do médio Juruá foi vendido pelos grupos de manejo para um comerciante local, que revendeu para o mercado de Manaus. Porém, conjuntamente, outros arranjos de comercialização vem acontecendo desde o início do manejo na região; são eles:

- **Feiras Locais:** nas primeiras pescas manejadas toda a produção estava sendo disponibilizada na sede do município, através de feiras promovidas com apoio da prefeitura municipal e instituições parceiras locais; o produto é apresentado de diferentes formas, com diferentes preços médios: carne/filé (R\$ 8,00/Kg), ossada (R\$ 5,00/Kg), cabeça (R\$ 8,00/unidade pequena; R\$ 10,00/unidade grande) e miúdos/vísceras (R\$ 3,00/Kg). Por conta da comercialização do pescado na feira, foi possível também comercializar as peles em algumas oportunidades, ao preço de R\$ 110,00/unidade.

Estas feiras acontecem em um ou mais eventos, a depender da dinâmica de pesca das comunidades da RESEX e da RDS. A partir de 2012,

já é apresentado no Relatório Técnico do manejo (ASPROC/AMARU) o gargalo da comercialização através de feiras locais, sobretudo por conta da grande oferta de pirarucu clandestino no mercado, consequência da ausência de fiscalização dos órgãos oficiais. Como oportunidade de mercado, nestes eventos também são comercializados outros peixes, principalmente o tambaqui e a pirapitinga, agregando renda para a atividade.

- **Venda institucional:** em 2012 e 2013 a ASPROC conseguiu viabilizar a venda do pescado que não foi absorvido no mercado local através das feiras. Esta comercialização se deu por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ao preço de R\$ 5,50/Kg; este pescado foi doado para instituições sociais do município. Segundo informações, caso esta venda não tivesse ocorrido, as comunidades das áreas de manejo teriam prejuízos na atividade. Segundo a ASPROC, neste momento esforços estão sendo investidos no sentido de melhorias na infraestrutura, na busca pelo cumprimento das normas sanitárias vigentes; com isso, este formato de vendas institucionais será fortalecido na região.

- **Venda para “mercado externo”:** a partir de 2013 os grupos de manejo comercializam a produção para comerciantes de pescado, de Carauari ou diretamente para Manaus. A partir deste ano, já é apontada a preocupação com as deficiências de transporte e armazenamento da produção, com a ASPROC, AMARU e AMECSARA atentando para a necessidade de uma maior articulação na busca de oportunidades para escoamento da produção, através de contatos com comerciantes e empresários locais e de Manaus. Segundo informações, não estava sendo possível comercializar mais do que 3 toneladas em feiras locais; além disso, a estimativa é que o mercado local seria absolutamente abastecido com cerca de 15 toneladas de pescado, no máximo. O preço praticado neste formato foi de R\$ 5,50/Kg, sendo o peixe entregue na sede do município, sob responsabilidade dos grupos de manejo. Em 2014, a comunidade São Raimundo acessou uma oportunidade de venda direta para um comerciante de Manaus a R\$ 6,00/Kg; porém, a comunidade acabou tendo um prejuízo por conta da falta de pagamento por parte do empresário. Como a comunidade não havia se preparado, formalizando com um Contrato de Compra e Venda, não foi possível dar encaminhamentos para a resolução deste problema.

No último evento de pesca, em 2015, mais de 90% da produção foi comercializada neste formato. Como já apresentado, os eventos de feira livre na sede do município estão fragilizados por conta da oferta de pirarucu ilegal disponível no mercado local.

- **Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário:** em 2013, a ASPROC adquiriu 3.348 Kg de pirarucu com o objetivo de preparar e disponibilizar o produto seco/salgado nas cantinas do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário, o qual gerou 1.100 Kg de peixe pronto, vendido a R\$ 15,00; conforme cálculos da ASPROC, o custo deste peixe (incluindo o preparo) foi de R\$ 17,56 Kg. Em 2014 este arranjo aconteceu também; ambas os eventos estão sendo tratados como experiência.

Segundo os relatos, as comunidades das áreas de manejo não tem formalizado suas transações comerciais com terceiros (comerciantes/empresários) por meio de Contrato de Compra e Venda. Certamente esta é uma ferramenta importante no sentido de minimizar os riscos, como atrasos e/ou falta de pagamentos, por exemplo.

Outro fator de extrema importância é a falta de um controle sistematizado para acompanhamento dos custos por parte das comunidades. Apesar da ASPROC/AMARU realizar este acompanhamento e registro, com posterior prestação de contas em Assembleias, é absolutamente importante que cada área de manejo realize os seus controles, a fim de tornar mais eficiente o gerenciamento do recurso. Este procedimento pode ser realizada de forma simples, através do preenchimento de planilhas elaboradas para este fim.

Neste mesmo contexto, está a falta de uma estratégia de reinvestimentos (“caixinha”) por parte das comunidades; por conta disso, todos os anos há uma insegurança pela falta de recursos básicos que viabilizem a parte operacional da pesca, como apetrechos de pesca, combustível, rancho e gelo. Assim, todos os anos acontece de a ASPROC efetuar a aquisição destes materiais de consumo como “adiantamento” para as comunidades e estas “reembolsam” a organização tão logo recebam pela venda do pescado. Quando há recursos disponíveis provenientes de financiamentos a fundo perdido e/ou patrocínios, estes são repassados para as comunidades no formato de apoio à produção.

Um fortalecimento dos sistemas gerenciais das comunidades oportunizará a elaboração de estratégias de produção e de mercado por parte das áreas manejadas, trazendo relativa segurança para a execução dos próximos eventos de pesca, mesmo em casos quando as organizações locais não alcançarem apoios externos para subsidiar parte dos custos operacionais da atividade. Deve fazer parte deste fortalecimento também a elaboração e implementação de Regimentos Internos por área de manejo; com este documento, procedimentos internos operacionais e administrativos (como controles de participação, divisão de tarefas, advertências e punições administrativas, etc.) poderão ser elaborados, executados, avaliados e reajustados constantemente.

Sob o entendimento dos compradores locais ouvidos para este estudo, Sr. “Nonato” e Sr. “Pedro”, o transporte das áreas de manejo para a sede do município é o principal gargalo da atividade. Após receber o peixe em Carauari, o escoamento para Manaus se dá através de frete de transporte pelos barcos recreios regulares, que possuem câmeras frias para armazenamento. O fato de peixe chegar acondicionado em pacotes de lonas no convés das pequenas embarcações (por falta de capacidade de estocagem na “geleira”) aumenta de sobremaneira o risco por conta da qualidade da carne que, conseqüentemente, interfere na comercialização do produto.

Outra saída encontrada pelas organizações locais é de investir esforços para acessar recursos que viabilizem a aquisição e implementação de um sistema de armazenamento de parte da produção na sede de Carauari. Trabalhos na instalação de uma câmara frigorífica com capacidade de cerca de 10 toneladas de pirarucu estavam em andamento em Outubro de 2015, quando da visita à ASPROC. A intensão é de conseguir viabilizar a comercialização além da época da pesca, com possibilidades de venda de pequenos lotes, no mercado local ou exportando para Manaus ou outras localidades via barco recreio.

3.7. O monitoramento

A sistematização e apresentação de Relatório Técnico do manejo está a cargo da ASPROC, com apoio da AMARU e AMECSARA. O registro das

informações se dá nas áreas de manejo, por monitores de cada localidade. Durante a visita na Comunidade São Raimundo foi observado um fato bastante positivo, que é o envolvimento de jovens neste processo. As informações são registradas em planilhas padronizadas (fornecidas pela ASPROC) e repassadas para a ASPROC, que realiza as solicitações ao IBAMA das Guias de Transporte (incluindo as Guias necessárias para o transporte de Carauari para Manaus, como um apoio para o comprador local), a sistematização e análise dos dados de contagem e pesca (por área de manejo e agrupando-as para o médio Juruá) e a elaboração do Relatório Técnico, apresentado anualmente ao IBAMA.

O monitoramento, com a devida sistematização e registro das informações num banco de dados são fundamentais para o processo de avaliação, discussão e planejamento da atividade como um todo, no contexto de Manejo Adaptativo. Para isso, é de extrema importância que pessoas locais sejam continuamente capacitadas e valorizadas, para que haja segurança e autonomia nos processos locais; a participação destas pessoas (técnicos da ASPROC e monitores comunitários) em cursos e reciclagens certamente trará melhorias e aperfeiçoamento na gestão destas informações. Com a presença do Projeto Médio Juruá oportuniza-se também o apoio de pesquisadores e técnicos especializados nas análises destas informações e na elaboração de estratégias objetivando o fortalecimento do sistema, quer seja em questões práticas operacionais, quer seja na elaboração de pesquisas (biológicas, ecológicas, sociais, econômicas, etc.) aplicadas ao manejo.

4. Considerações Finais e Recomendações

É consenso a importância do manejo do pirarucu como ferramenta de conservação, sendo nítidos os resultados positivos não só em relação à recuperação dos estoques sobreexplotados, mas também aos ganhos sociais decorrentes da mobilização das comunidades locais em busca da melhoria da qualidade de vida.

A região do médio Juruá é conhecida pelo histórico de mobilização e luta social das comunidades locais. No contexto do manejo do pirarucu, é nítida

a atuação e comprometimento das comunidades e organizações sociais locais na implementação e consolidação da atividade como promotora do uso sustentável da biodiversidade, aliada a outras fontes produtivas igualmente responsáveis que existem ativas na região (como os produtos florestais não madeireiros).

Mesmo com poucos investimentos “externos” (poder público federal, estadual e municipal), as comunidades locais investem esforços de forma continuada para implementar seus sistemas de manejo, passando por dificuldades por conta da falta de recursos próprios que supram as necessidades organizacionais e operacionais da atividade.

Para a grande maioria dos envolvidos, com todas as dificuldades o balanço geral dos resultados da atividade ainda é positivo. É consenso que se as comunidades locais receberem apoios estratégicos por parte do poder público, através dos órgãos oficiais relacionados ao tema, os gargalos serão superados naturalmente na medida em que os sistemas gerenciais internos são fortalecidos. No atual cenário, as áreas de manejo ainda dependem de incremento externo de recursos para viabilizar a atividade. Como uma significativa parte destes recursos externos que tem chegado até a base advém de iniciativas das instituições do terceiro setor - por meio de projetos a fundo perdido - não se tem garantias sobre estabilidade e continuidade destes processos, sobretudo em tempos de crise financeira como a que estamos passando no Brasil.

Considerando o exposto ao longo do texto, são apresentadas algumas recomendações no intuito de contribuir para discussões e elaboração de estratégias visando o fortalecimento da cadeia produtiva do pirarucu manejado, na região do médio Juruá e no Amazonas como um todo. Estas recomendações são apresentadas em grandes “eixos”, considerando o contexto local de ativa mobilização e atuação das organizações sociais locais. Estas organizações (ASPROC, AMARU e AMECSARA) tem bastante claro os cenários de gargalos, assim como potenciais oportunidades; alguns pontos apresentados aqui já estão sendo trabalhados pelas organizações e parceiros locais, visando o fortalecimento da atividade.

- Autonomia para o processo de monitoramento de estoque – contagem: a realização de um processo de Certificação de contadores já capacitados irá

trazer autonomia e otimização de recursos financeiros para as áreas de manejo do médio Juruá; uma questão importante é que, além da autonomia para a realização desta etapa, isso poderá refletir em melhorias nos arranjos comerciais por conta da época em que o pirarucu poderá ser pescado na região.

- **Adequações sanitárias na infraestrutura do manejo:** os locais por onde o peixe passa no “pós captura” precisam ser adequados conforme legislação específica. No médio Juruá, a comunidade São Raimundo já iniciou a melhoria do flutuante de recebimento e preparação do pescado, faltando alguns ajustes para submeter o local a uma inspeção sanitária por órgãos competentes. Torna-se oportuno direcionar busca de recursos financeiros para a realização destas melhorias na infraestrutura das áreas de manejo.

- **Fortalecimento dos Sistemas Gerenciais Locais:** há carência de organização no sentido de gerenciamento da atividade; capacitações voltadas a questões financeiras básicas poderão tornar as comunidades mais eficientes nos planejamentos e execução das atividades. Um sistema de reinvestimentos poderá trazer segurança no contexto de sempre ter em caixa um recurso mínimo que subsidie a execução da atividade, mesmo em momentos que os apoios externos não suprem as necessidades. A elaboração e implementação de Regimentos Internos é importante para que os procedimentos de cada área de manejo sejam respaldados pelo próprio grupo de manejo, através de um “acordo social”. A preparação dos processos administrativos das organizações locais para acessar as vendas institucionais é importante, considerando o aumento da produção e a necessidade de se diversificar mercados, conforme já apontado em Relatório Técnico de manejo.

- **Transporte:** foi consenso que, da parte operacional da pesca, este é o maior gargalo. Uma embarcação apropriada, com uma capacidade de estocagem significativa é absolutamente necessária para a resolução desta situação. Sugere-se uma reflexão sobre as possibilidades desta embarcação também ser adaptada como ponto de recebimento e preparação do pescado (lavagem, evisceração e biometria) para aquelas áreas de manejo que ainda recebem pequenas cotas de abate e, por conta disso, ainda não conseguem viabilizar uma estrutura adequada. Além disso, esta mesma embarcação poderá ser

utilizada fora da época do manejo, para o transporte de outros produtos, como o açaí.

- **Comercialização:** neste último evento de pesca, 2015, foi possível observar dificuldades na comercialização do pirarucu manejado em todo o Amazonas. Arranjos comerciais locais devem ser trabalhados, buscando-se sinergias entre áreas de manejo de uma mesma região, potencialmente através de iniciativas conjuntas para o fortalecimento destes arranjos. Indica-se que as comunidades locais, com apoio das instituições parceiras, formalizem suas transações comerciais através de Contratos de Compra e Venda.

- **Integração entre as áreas de manejo:** o *Seminário de Manejo e Proteção de Lagos do Médio Juruá* é uma bela iniciativa no sentido de gerenciamento de um sistema de manejo adaptativo. É sugerida a expansão do convite para o evento ao povo Deni do rio Xeruã e às comunidades do entorno das UCs (RESEX e RDS), no intuito de alinhamento de questões estratégicas (o que cada grupo está fazendo, como está fazendo, o que cada grupo pode ajudar o outro, etc.) e mapeamento de potenciais sinergias, no contexto de fortalecimento do coletivo.

5. Anexos

Imagens do flutuante da Comunidade São Raimundo (RESEX do Médio Juruá), com a realização de adaptações para cumprimento da legislação sanitária vigente.



1. Preparação do revestimento interno; assoalho revestido de fibra de vidro e paredes revestidas de folhas de alumínio.



2. Vista da porta de recepção dos peixes vindos do lago; manejadores responsáveis pela limpeza do peixe devidamente vestidos, equipados com gorros, avental, luvas e botas.



3. Preparação da equipe responsável pelo recebimento, lavagem, evisceração, biometria e instalação do lacre.



4. Peixes dispostos no aguardo para início do processo de lavagem, evisceração, biometria e inserção de lacre numerado.